



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Petrobras Distribuidora S.A. submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2006, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

Em sintonia com as diretrizes estratégicas da Petrobras, a gestão dos negócios da Petrobras Distribuidora está sustentada na busca permanente das melhores práticas de gestão empresarial. A Companhia vem aprimorando sua atuação na área de serviços, focada nas necessidades dos segmentos de mercado que atende.

Tendo como objetivos principais a busca da rentabilidade, a liderança e a melhor imagem no mercado, sem descuidar da sua responsabilidade social e ambiental, a Petrobras Distribuidora chega ao final de 2006 com um faturamento da ordem de R\$47.173 milhões, opera uma rede com 5.870 postos de serviços ativos, atende a cerca de 11.000 clientes grandes consumidores e reúne 3.691 empregados.

Em 2006, a Petrobras Distribuidora apurou um lucro de R\$570 milhões, impactando positivamente o Patrimônio Líquido. A Companhia apresentou um aumento de 1,7% em seu volume de vendas e sua participação no mercado nacional de distribuição de combustíveis atingiu 33,6% (33,8% em 2005).

A partir de maio de 2006 a BR recuperou *market-share*, alcançando em dezembro de 2006 participação de 34,9%, 1,1 ponto percentual acima do resultado de dezembro de 2005, de 33,8%.

A receita líquida de vendas atingiu R\$38.514 milhões, o que representa um crescimento de 8% sobre o valor de 2005, devido, principalmente, ao aumento das vendas.

Este desempenho está permitindo à Administração da Companhia propor à aprovação da Assembléia Geral Ordinária, em 30 de março de 2007, uma distribuição de dividendos no montante de R\$282 milhões, que corresponde a R\$6,57 por lote de mil ações.

Indicadores Financeiros (R\$ milhões)			2006	2005
Indicadores Financeiros (R\$ milhões)				
Receita Operacional Bruta			47.173	43.638
Receita Operacional Líquida			38.514	35.716
Lucro Bruto			3.126	3.141
Margem Bruta			8,1%	8,8%
Lucro Operacional			967	1.090
Margem Operacional			2,5%	3,1%
EBITDA (*)			912	1.192
Lucro Líquido			570	655
Indicadores Operacionais				
Volume total de vendas - mil m ³			29.961	29.447
Participação no Mercado Global (acumulado)			33,6%	33,8%
Participação no Mercado Global (em dezembro)			34,9%	33,8%
Postos de Serviços em Carteira			6.554	6.933
Postos de Serviços Ativos			5.870	5.885
Postos Próprios Ativos			638	630
Postos com Biodiesel (BR) - Ativos			3.740	-
Postos com Gás Natural Veicular (GNV) - Ativos			355	295
Instalações Operacionais			127	115

(*) O critério para cálculo do EBITDA foi modificado a partir do exercício de 2005, resultando em valor diferente daquele publicado no ano anterior (R\$ 1.576).

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2007.

A Diretoria

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora			Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005		2006	2005	2006	2005
Ativo									
Circulante									
Disponibilidades (Nota 4)	539.153	380.171	187.830	173.647					
Contas a receber, líquidas (Notas 6, 8.a)	2.890.276	2.713.077	2.785.638	2.571.904					
Estoques (Nota 7)	1.328.953	1.186.843	1.292.371	1.120.349					
Impostos e contribuições sociais (Notas 16.a, c.1, c.3)	626.364	576.315	556.364	497.052					
Despesas antecipadas	17.147	13.765	11.341	11.508					
Outros ativos circulantes	45.258	49.581	144.682	147.317					
	<u>5.447.151</u>	<u>4.919.752</u>	<u>4.978.226</u>	<u>4.521.777</u>					
Não circulante									
Realizável a longo prazo									
Contas a receber, líquidas (Notas 6, 8.a)	1.766.614	926.959	1.764.184	925.150					
Depósitos judiciais (Notas 9, 19.a)	278.831	269.850	261.807	256.205					
Impostos e contribuições sociais (Notas 16.a, c.1, c.3)	237.802	307.581	187.261	219.620					
Despesas antecipadas	80.512	76.308	75.336	72.477					
Outros ativos realizáveis a longo prazo (Nota 5)	21.415	31.425	7.917	3.203					
	<u>2.385.174</u>	<u>1.612.123</u>	<u>2.296.505</u>	<u>1.476.655</u>					
Permanente									
Investimentos (Nota 10)	230.782	238.121	926.748	947.258					
Imobilizado (Nota 11)	2.876.784	2.455.102	2.210.221	1.779.642					
Intangível (Nota 12)	107.247	82.883	67.338	56.073					
Diferido (Nota 13)	171.147	157.113	104.879	-					
	<u>3.385.960</u>	<u>2.933.219</u>	<u>3.309.186</u>	<u>2.782.973</u>					
	<u>11.218.285</u>	<u>9.465.094</u>	<u>10.583.917</u>	<u>8.781.405</u>					
Passivo									
Circulante									
Fornecedores (Nota 8.b)	1.566.058	1.271.073	1.502.670	1.291.110					
Operações com a Controladora (Nota 8)	110.289	119.795	110.289	119.795					
Salários, férias e encargos	67.159	62.530	38.766	36.646					
Imposto de renda	11.795	20.740	11.795	20.740					
Contribuição social	4.067	9.043	4.067	8.043					
Outros impostos e contribuições a recolher	167.891	202.560	159.352	191.222					
Dividendos propostos (Notas 8.b, 18.f)	281.592	280.282	281.592	280.282					
Empréstimos e financiamentos (Notas 8.b, 14)	769.801	533.595	616.510	-					
Adiantamentos de clientes	204.424	154.125	203.399	152.050					
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 16.c.2)	8.399	7.753	8.399	7.738					
Obrigações com plano de aposentadoria e pensão (Notas 17.a, c)	14.540	13.469	14.540	13.469					
Outros passivos circulantes (Nota 19.a)	211.727	150.779	188.822	136.626					
	<u>3.417.742</u>	<u>2.825.744</u>	<u>3.140.201</u>	<u>2.257.721</u>					
Não circulante									
Exigível a longo prazo									
Operações com a Controladora (Nota 8.b)	48.885	45.068	41.227	45.068					
Empréstimos e financiamentos (Notas 8.b, 14)	192.855	28.298	8.645	-					
Provisão para contingências (Nota 19)	113.805	135.354	85.494	100.319					
Obrigações com plano de saúde (Notas 17.b, c)	571.743	489.060	532.589	451.351					
Obrigações com plano de aposentadoria e pensão (Notas 17.a, c)	208.618	143.949	208.618	143.949					
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 16.c.2)	12.171	11.363	116	81					
Outros passivos não circulantes	85.439	3.342	-	-					
	<u>1.233.516</u>	<u>856.434</u>	<u>876.689</u>	<u>740.768</u>					
Patrimônio líquido (Nota 18)									
Capital social	4.482.082	3.986.404	4.482.082	3.986.404					
Reserva de capital	53.993	53.993	53.993	53.993					
Reservas de lucros	2.030.952	1.742.519	2.030.952	1.742.519					
	<u>6.567.027</u>	<u>5.782.916</u>	<u>6.567.027</u>	<u>5.782.916</u>					
	<u>11.218.285</u>	<u>9.465.094</u>	<u>10.583.917</u>	<u>8.781.405</u>					

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações, expresso em reais)

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Receita operacional bruta				
Vendas				
Produtos	49.772.680	46.074.015	47.123.622	43.508.099
Serviços	57.484	136.149	49.921	130.309
	<u>49.830.164</u>	<u>46.210.164</u>	<u>47.173.543</u>	<u>43.638.408</u>
Encargos de vendas	(9.039.530)	(8.281.184)	(8.659.026)	(7.922.328)
Receita operacional líquida	40.790.634	37.928.980	38.514.517	35.716.080
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(37.022.102)	(34.201.839)	(35.388.606)	(32.575.084)
Lucro bruto	3.768.532	3.727.141	3.125.911	3.140.996
Despesas operacionais líquidas				
Vendas				
Gerais e administrativas	(2.130.668)	(1.978.765)	(1.642.169)	(1.606.780)
Honorários da Diretoria e do Conselho de Administração	(6.749)	(6.545)	(2.942)	(2.564)
Despesas gerais e administrativas	(476.082)	(443.802)	(382.622)	(371.136)
Tributárias	(171.632)	(165.039)	(151.937)	(147.077)
Financeiras	(152.982)	(344.821)	(102.862)	(293.200)
Receitas (Nota 15)	367.780	242.007	337.209	201.476
Variações cambiais e monetárias, líquidas (Nota 15)	(10.514)	48.599	(32.054)	(26.978)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(152.394)	107.205	(123.799)	114.918
	<u>(2.733.241)</u>	<u>(2.541.161)</u>	<u>(2.101.176)</u>	<u>(2.131.341)</u>
Participações em outras empresas				
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10)	2.725	1.843	60.182	114.069
Amortização de ágio em investimentos (Nota 10)	(16.379)	(34.035)	(117.623)	(34.035)
	<u>(13.654)</u>	<u>(32.192)</u>	<u>(57.441)</u>	<u>80.034</u>
Lucro operacional	1.021.637	1.153.788	967.294	1.089.689
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	34.736	(33.666)	28.398	(2.408)
Lucro antes da contribuição social, do imposto de renda e das participações de empregados e administradores	1.056.373	1.120.122	995.692	1.087.281
Contribuição social e imposto de renda correntes (Nota 16.b)	(379.343)	(361.511)	(350.894)	(333.345)
Contribuição social e imposto de renda diferidos (Nota 16.b)	(28.744)	(27.392)	(4.967)	(29.770)
Lucro antes das participações de empregados e administradores	648.286	731.219	639.831	724.166
Participação de empregados e administradores (Nota 17.d)	(78.261)	(75.589)	(69.806)	(68.536)
Lucro líquido do exercício	570.025	655.630	570.025	655.630
Lucro por lote de mil ações do capital social (R\$)			13,30	15,30

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Origens de recursos				
Das operações sociais				
Lucro líquido do exercício	570.025	655.630	570.025	655.630
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante				
Depreciações e amortizações	397.687	275.871	191.378	158.764
Valor residual de bens baixados do ativo permanente	57.229	58.538	57.209	5.443
Variações monetárias, cambiais e rendimentos de longo prazo	1.210	(94.397)	1.210	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 16.c.2)	42.623	68.677	41.850	72.497
Créditos de liquidação duvidosa (Nota 6.d)	(4.558)	(2.038)	(4.558)	(2.038)
Perdas em investimentos permanentes	(768)	11.000	245	10.929
Contingências	(33.114)	(83.175)	(7.304)	(44.667)
Obrigações com plano de saúde (Notas 17.b, c)	101.937	99.258	98.880	95.222
Obrigações com plano de aposentadoria e pensão (Notas 17.a, c)	91.852	97.161	91.852	97.161
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10)	(2.725)	(1.843)	(60.182)	(114.069)
Amortização de ágio em investimentos (Nota 10)	16.379	34.035	117.623	34.035
Dividendos de controlada e controladas em conjunto	464	392	103.723	112.445
	<u>1.238.241</u>	<u>1.119.109</u>	<u>1.201.951</u>	<u>1.081.352</u>
Dos acionistas				
Aumento de capital social (Nota 18.a)	495.678	1.900.000	495.678	1.900.000
	<u>495.678</u>	<u>1.900.000</u>	<u>495.678</u>	<u>1.900.000</u>
De terceiros				
Empréstimos e financiamentos	257.853	-	101.941	-
Aumento de outras contas do passivo não circulante	81.918	-	-	-
Outras origens	-	29.148	-	-
	<u>339.771</u>	<u>29.148</u>	<u>101.941</u>	<u>-</u>
	<u>2.073.690</u>	<u>3.048.257</u>	<u>1.799.570</u>	<u>2.981.352</u>
Aplicações de recursos				
Aumento de outras contas do realizável a longo prazo	856.474	681.633	853.449	657.698
Investimentos	13.491	3.975	76.106	3.945
Aumento de capital social em controlada (Nota 18.a)	-	-	155.852	-
Imobilizado	786.393	490.344	468.368	449.375
Diferido	43.951	-	-	-
Intangível	24.840	10.288	21.870	10.278
Transferência de empréstimos e financiamentos do longo para o curto prazo	9			

INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
 (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Atividade operacional				
Lucro líquido do exercício	570.025	655.630	570.025	655.630
Ajustes				
Depreciações e amortizações	397.687	275.871	191.378	158.764
Valor residual de bens baixados do ativo permanente	57.229	58.538	57.209	5.443
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.744	27.392	4.967	29.770
Variações monetárias e cambiais de longo prazo	(30.756)	(94.397)	(38.260)	-
Amortização de financiamentos condicionais (Nota 6.c)	60.097	53.337	60.097	53.337
Créditos de liquidação duvidosa (Nota 6.d)	6.237	128.991	19.023	118.031
Perdas em investimentos permanentes	(768)	11.000	245	10.929
Contingências	(33.370)	(90.885)	(7.560)	(44.858)
Obrigações com plano de saúde (Notas 17.b, c)	101.937	99.258	98.880	95.222
Obrigações com plano de aposentadoria e pensão (Notas 17.a, c)	91.852	97.161	91.852	97.161
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10)	(2.725)	(1.843)	(60.182)	(114.069)
Amortização de ágio em investimentos (Nota 10)	16.379	34.035	117.623	34.035
Varição das contas a receber de curto prazo	(158.678)	(130.663)	(187.066)	(216.551)
Varição de estoques	(155.973)	12.321	(157.706)	(278)
Varição de outros ativos de curto prazo	(32.908)	11.543	81.858	(30.880)
Varição de outros ativos de longo prazo	(12.588)	(228.875)	(5.722)	(204.940)
Varição de fornecedores	294.507	349.313	211.010	469.900
Varição de impostos e contribuições sociais	(48.605)	40.591	(44.130)	62.699
Varição de outros passivos de curto e longo prazo	198.948	(43.543)	77.392	(25.834)
Amortização de obrigações com plano de saúde e plano de aposentadoria e pensão (Nota 17)	(34.399)	(32.196)	(32.787)	(30.631)
Ingresso de disponibilidades de controlada incorporada	5.682	-	-	-
Outros ajustes	7.452	(54.045)	(10.639)	(15.138)
Recursos líquidos provenientes da atividade operacional	1.326.006	1.178.534	1.037.507	1.107.742
Atividade de financiamento				
Dividendos pagos	(294.308)	(234.837)	(294.308)	(234.837)
Empréstimos e financiamentos, líquidos	852.728	23.974	601.941	-
Operações com a Controladora	(857.233)	(397.323)	(869.264)	(434.447)
Recursos líquidos utilizados na atividade de financiamento	(298.813)	(608.186)	(561.631)	(669.284)
Atividade de investimento				
Aquisições de imobilizado	(786.393)	(490.344)	(468.368)	(449.375)
Aumento do ativo intangível	(24.840)	(10.288)	(21.870)	(10.278)
Participações societárias e outros investimentos	(13.491)	(3.975)	(76.106)	(3.945)
Dividendos recebidos	464	392	104.651	86.757
Aplicações no ativo diferido	(43.951)	-	-	-
Recursos líquidos utilizados na atividade de investimento	(868.211)	(504.215)	(461.693)	(376.841)
Varição líquida no exercício	158.982	66.133	14.183	61.617
Disponibilidades no início do exercício	380.171	314.038	173.647	112.030
Disponibilidades no final do exercício	539.153	380.171	187.830	173.647

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
 (Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	2006	%	2005	%	2006	%	2005	%
Receitas								
Vendas de produtos e serviços e resultados não-operacionais	49.864.900		46.176.498		47.201.941		43.636.000	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6.d)	(6.237)		(128.991)		(19.023)		(118.031)	
	49.858.663		46.047.507		47.182.918		43.517.969	
Insumos adquiridos de terceiros								
Materias-primas consumidas	(469)		(7.117)		-		-	
Outros custos de produtos e serviços vendidos	(44.065.768)		(40.629.830)		(42.094.751)		(38.676.855)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.611.817)		(1.310.830)		(1.338.095)		(1.053.429)	
	(45.678.054)		(41.947.777)		(43.432.846)		(39.730.284)	
Valor adicionado bruto	4.180.609		4.099.730		3.750.072		3.787.685	
Retenções								
Depreciação e amortização	(397.687)		(275.871)		(191.378)		(158.764)	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	3.782.922		3.823.859		3.558.694		3.628.921	
Valor adicionado recebido em transferência								
Resultado de participações em investimentos relevantes (Nota 10)	2.725		1.843		60.182		114.069	
Receitas Financeiras - inclui variação monetária e cambial (Nota 15)	466.537		387.280		333.360		208.607	
Aluguéis e royalties	151.572		197.313		109.533		95.279	
Amortização de ágio em participações societárias relevantes (Nota 10)	(16.379)		(34.035)		(117.623)		(34.035)	
	604.455		552.401		385.452		383.920	
Valor adicionado a distribuir	4.387.377	100,0	4.376.260	100,0	3.944.146	100,0	4.012.841	100,0
Distribuição do valor adicionado	4.387.377	100,0	4.376.260	100,0	3.944.146	100,0	4.012.841	100,0
Pessoal								
Salários e encargos	545.463	12,4	493.830	11,3	394.681	10,0	355.981	8,8
Comissões sobre vendas	3.077	0,1	2.346	0,1	-	-	-	-
Honorários da diretoria	6.749	0,2	6.545	0,1	2.942	0,1	2.564	0,1
Participação dos empregados nos lucros (Nota 17.d)	78.261	1,8	75.589	1,7	69.806	1,8	68.536	1,7
Plano de aposentadoria e pensão (Nota 17)	50.115	1,1	47.735	1,1	50.115	1,3	47.735	1,2
Plano de saúde (Nota 17)	44.053	1,0	43.515	1,0	40.996	1,0	39.479	1,0
	727.718	16,6	669.560	15,3	558.540	14,2	514.295	12,8
Tributos								
Impostos, taxas e contribuições	2.620.426	59,7	2.440.967	55,8	2.517.980	63,9	2.357.331	58,7
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.744	0,7	27.392	0,6	4.967	0,1	29.770	0,8
	2.649.170	60,4	2.468.359	56,4	2.522.947	64,0	2.387.101	59,5
Instituições financeiras e fornecedores								
Juros, variações cambiais e monetárias (Nota 15)	262.253	6,0	441.495	10,1	131.067	3,3	327.309	8,2
Aluguéis	178.211	4,0	141.216	3,2	161.567	4,1	128.506	3,2
	440.464	10,0	582.711	13,3	292.634	7,4	455.815	11,4
Acionistas								
Dividendos propostos (Nota 18.f)	281.592	6,4	280.282	6,4	281.592	7,1	280.282	7,0
Lucros retidos	288.433	6,6	375.348	8,6	288.433	7,4	375.348	9,3
	570.025	13,0	655.630	15,0	570.025	14,5	655.630	16,3

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
 (Em milhares de reais)
1. Contexto Operacional

A Petrobras Distribuidora S.A. - BR (Companhia) é uma sociedade anônima constituída em 12 de novembro de 1971, subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, que tem por objeto, observados os preceitos legais, a distribuição, o transporte, o comércio, o beneficiamento e a industrialização de derivados de petróleo e de outros combustíveis, a exploração de lojas de conveniência em postos de serviços, a produção, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, de produtos químicos e de asfaltos, a prestação de serviços correlatos e a importação e a exportação relacionadas com os produtos e atividades citados.

2. Sumário das Principais Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis da controladora e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, descritas a seguir, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e dos atos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM:

a. Apuração do resultado

O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e de longo prazo, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

b. Disponibilidades e títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras são, principalmente, lastreadas em títulos públicos federais, certificados de depósitos bancários e debêntures, a preços e taxas de mercado, e estão atualizadas pelos rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis, não excedendo os seus respectivos valores de mercado (Notas 4, 5).

c. Contas a receber

As parcelas absorvíveis dos financiamentos condicionais (Nota 6.c) são amortizadas proporcionalmente aos prazos de vigência dos contratos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6.d) é constituída por valor estimado julgado pela Administração da Companhia como suficiente para a cobertura das perdas na realização das contas a receber.

d. Estoques

Os estoques de produtos para venda estão avaliados aos preços médios de aquisição e/ou produção, ajustados, quando aplicável, ao valor de realização no mercado, quando inferior ao custo. Os estoques de materiais para manutenção e consumo estão registrados ao custo médio de compra, que não excede o custo de reposição (Nota 7).

e. Investimentos

As participações societárias nas controladas e controladas em conjunto são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, acrescido de ágio, quando aplicável (Nota 10). Os demais investimentos estão demonstrados ao custo, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

f. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens (Nota 11).

g. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo esperado para geração de benefícios à Companhia, não excedente a 10 anos (Nota 12).

h. Diferido

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil desses ativos (Nota 13).

i. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

k. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos e/ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

l. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda é calculada e registrada à alíquota-base de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real excedente a R\$240 ao ano (Nota 16).

A contribuição social é calculada e registrada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado nos termos da legislação pertinente (Nota 16).

As provisões para o imposto de renda e para a contribuição social sobre o lucro líquido são debitadas ao resultado e as antecipações efetuadas estão registradas em conta redutora no passivo circulante. São considerados os efeitos das diferenças temporárias geradoras de ativos e passivos fiscais diferidos, os prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social, quando aplicável, observando as alíquotas vigentes, em conformidade com a Deliberação CVM nº 273/98 e a Instrução CVM nº 371/02 (Nota 16).

m. Benefícios concedidos a empregados

A Companhia reconhece os compromissos atuariais referentes ao Plano de Aposentadoria e Pensão e ao Plano de Saúde conforme os procedimentos previstos no pronunciamento sobre contabilização de benefícios a empregados emitido pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON e aprovado pela Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000 (Nota 17).

Os compromissos atuariais são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente pelo atuário independente Watson Wyatt Brasil Ltda., de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período laborativo dos empregados.

n. Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída em montante suficiente para fazer face às perdas prováveis nos processos judiciais movidos contra a Companhia (Nota 19).

o. Informações adicionais às demonstrações contábeis

Com o objetivo de propiciar informações adicionais, estão sendo apresentadas: (a) demonstrações dos fluxos de caixa, preparadas de acordo com a Norma e Procedimento de Contabilidade - NPC nº 20, emitida pelo IBRACON; e (b) demonstrações do valor adicionado, de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.010, de 21 de janeiro de 2005.

p. Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use estimativas e premissas com relação à demonstração de ativos e passivos e à divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como as estimativas de receitas e despesas para o exercício. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

q. Demonstrações contábeis comparativas

Com o objetivo de melhor apresentar e manter comparabilidade com as informações do ano corrente, alguns saldos das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005 foram reclassificados.

Convergindo com as práticas contábeis internacionais, a Deliberação CVM 488 aprovou o Pronunciamento do IBRACON NPC nº 27, que estabelece novos padrões de apresentação e divulgação das demonstrações contábeis. Conforme o referido pronunciamento, o ativo deve ser classificado em "Circulante" e "Não Circulante" sendo este último desdobrado em realizável a longo prazo e permanente (investimentos, intangível e diferido). O passivo deve ser classificado em "Circulante", "Não Circulante" (exigível a longo prazo) e "Patrimônio Líquido".

A Deliberação CVM nº 496, de 3 de janeiro de 2006, prorrogou a entrada em vigor da Deliberação CVM nº 488, de 3 de outubro de 2005, para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2006. As demonstrações contábeis são apresentadas no padrão definido pela Deliberação CVM nº488.

3. Princípios de Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2006 e 2005 foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei das Sociedades por Ações e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas investidas relacionadas a seguir:

	Participação no capital			
	Votante (%)		Total (%)	
	2006	2005	2006	2005
Controladas (diretamente e em conjunto)				
Liquigás Distribuidora S.A. (1)	100,000	100,000	100,000	100,000
Fundo de Investimento Imobiliário FCM (FII) (2)	99,000	-	99,000	-
Breitener Energética S.A. (3)	30,000	30,000	30,000	30,000
Brasympe Energia S.A. (3)	20,000	20,000	20,000	20,000
Brasil PCH S.A. (3)	49,000	50,000	42,3289	50,000
Companhia Energética Manauara S.A. (3)	40,000	40,000	40,000	40,000
(1) Distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP)				
(2) Administração de Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRIs)				
(3) Geração de energia através de usinas termelétricas e hidrelétricas				

(Continua)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Em milhares de reais)

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações: (i) das participações no capital, reservas e resultados acumulados; (ii) dos saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas; (iii) das parcelas de resultados do exercício, dos ativos circulantes e não circulantes que correspondem aos resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas e (iv) dos efeitos decorrentes de transações significativas realizadas entre essas empresas.

As empresas com controle compartilhado foram consolidadas proporcionalmente em função do percentual de participação.

Em 2005, a controlada em conjunto Breitener Energética S.A. participou da constituição das Sociedades de Propósito Específico (SPEs) Breitener Tambaqui S.A. e Breitener Jaraquí S.A. (Nota 10). As informações dessas investidas passaram a ser consolidadas pela Breitener Energética S.A. no exercício de 2006.

Em 2006, a Companhia estruturou um programa de captação de recursos através da desmobilização de imóveis de sua propriedade que resultou na emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), lastreados em uma Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) representativa de créditos imobiliários oriundos do instrumento particular de promessa de compra e venda celebrada entre a Companhia e o Fundo de Investimento Imobiliário FCM (FII), constituído para este fim (Nota 10).

A participação no FII, além das participações nas controladas em conjunto Brasil PCH S.A. e Companhia Energética Manauara, que foram constituídas no exercício de 2005, foram incluídas no processo de consolidação no exercício de 2006.

4. Disponibilidades

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Caixa e bancos	210.051	184.507	187.830	173.647
Aplicações financeiras:				
No país	327.410	195.664	-	-
No exterior	1.692	-	-	-
Total dos títulos e valores mobiliários	539.153	380.171	187.830	173.647

5. Títulos e Valores Mobiliários

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Notas do Tesouro Nacional	2.361	1.358	2.361	1.358
Outros	205	194	-	-
Total dos títulos e valores mobiliários (não circulante) (1)	2.566	1.552	2.361	1.358

(1) Os títulos e valores mobiliários estão apresentados em outros ativos realizáveis a longo prazo.

6. Contas a Receber

As contas a receber têm a seguinte composição:

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Cientes:				
Terceiros (Nota 6.a)	2.229.762	2.252.633	2.054.633	2.024.211
Partes relacionadas (Nota 8)	180.929	182.184	220.151	198.585
Financiamentos a receber:				
Terceiros:	933.177	840.771	928.609	821.162
Financiamentos condicionais (Nota 6.c)	151.667	161.875	151.667	158.698
Financiamentos ressarcíveis (Nota 6.b)	781.510	678.896	776.942	662.464
Partes relacionadas (Nota 8)	1.337.622	530.109	1.337.622	530.109
Cobranças judiciais	938.728	791.430	938.728	791.430
Total das contas a receber	5.620.218	4.597.127	5.479.743	4.365.497
Menos: Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6.d)	(963.328)	(957.091)	(929.921)	(868.443)
Contas a receber - líquidas	4.656.890	3.640.036	4.549.822	3.497.054
Contas a receber (circulante), líquidas	2.890.276	2.713.077	2.785.638	2.571.904
Contas a receber (não circulante), líquidas	1.766.614	926.959	1.764.184	925.150

a. Clientes

Representam as vendas realizadas pela Companhia, inclusive para as empresas do Sistema PETROBRAS.

b. Financiamentos a receber - ressarcíveis (controladora)

Os financiamentos a receber pela Companhia, no montante de R\$776.942 (R\$662.464 em 2005), referem-se a financiamentos em espécie e em produtos concedidos a clientes, com garantias reais, avais ou fianças, com o objetivo principal de implantação ou modernização de postos de serviços, bem como o parcelamento de débitos vencidos.

Os encargos financeiros - correspondentes, principalmente, à variação do IGP-M ou Taxa Referencial, acrescidos de juros de 1% ao mês - e os prazos de amortização são estabelecidos com base em análises econômico-financeiras de cada negociação e pactuados em contratos.

c. Financiamentos a receber - condicionais (controladora)

Os financiamentos condicionais, no montante de R\$151.667 (R\$158.698 em 2005), correspondem à parcela das operações de empréstimos em espécie e em produtos realizada sob condições estabelecidas nos instrumentos contratuais que, uma vez cumpridas pelos clientes, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas pela Companhia.

A Companhia reconhece em seu resultado as parcelas absorvíveis proporcionalmente aos prazos de vigência dos contratos, tendo sido registrado em despesas de vendas o montante de R\$60.097 (R\$53.337 em 2005).

d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Para a provisão constituída sobre as contas a receber, a Companhia analisa os devedores e seus respectivos saldos vencidos, de modo a provisionar aqueles considerados de difícil recuperação.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				
Saldo em 1º de janeiro	957.091	828.099	868.443	750.413
Parcela cindida da Liquigás e incorporada à Companhia	-	-	42.455	-
Adições	19.023	134.062	19.023	123.100
Baixas	(12.786)	(5.070)	-	(5.070)
Saldo em 31 de dezembro	963.328	957.091	929.921	868.443
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (circulante)	963.328	952.533	929.921	863.885
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (não circulante)	-	4.558	-	4.558

7. Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Produtos para venda:				
Derivados de petróleo	1.155.153	1.047.816	1.125.121	992.285
Alcool	130.163	96.040	130.019	95.889
	1.285.316	1.143.856	1.255.140	1.088.174
Materiais e suprimentos para manutenção	42.124	36.323	37.231	32.175
Adiantamentos a fornecedores	1.513	6.664	-	-
Total	1.328.953	1.186.843	1.292.371	1.120.349

Parte dos estoques da Companhia serve como garantia em ações judiciais nas quais a Companhia figura como ré. O total de estoques dados em garantia em 31 de dezembro de 2006 é de R\$146.037 (R\$164.660 em 31 de dezembro de 2005).

8. Transações com Empresas do Sistema PETROBRAS (Consolidado)

a. Ativo

	2006				
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Total do ativo
	Contas a receber, principalmente por vendas	Contas a receber por operações de mútuo (1)	Outras operações	Total do ativo não circulante	
Petrobras (1)	160.614	1.296.644	-	1.296.644	1.457.258
REFAP	242	-	-	-	242
Outras	20.073	-	40.978	40.978	61.051
31/12/2006	180.929	1.296.644	40.978	1.337.622	1.518.551
	2005				
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Total do ativo
	Contas a receber, principalmente por vendas	Contas a receber por operações de mútuo (1)	Outras operações	Total do ativo não circulante	
Petrobras (1)	134.531	452.758	-	452.758	587.289
REFAP	149	-	-	-	149
Outras	47.504	-	77.351	77.351	124.855
31/12/2005	182.184	452.758	77.351	530.109	712.293

(1) As operações com a Controladora referem-se às movimentações financeiras pactuadas com a PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, destinadas, principalmente, à liquidação de operações de compra e venda de produtos, que são atualizadas monetariamente, principalmente, com base na variação do CDI. Em 2005, a quase totalidade do endividamento financeiro da Companhia, no montante de R\$1.900.000, foi convertido em aumento de capital pela Controladora, conforme descrito na Nota 18.a. Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia tem valores a receber da Controladora no montante de R\$1.296.644 (R\$452.758 em 2005).

c. Mutação dos investimentos e do ágio - Controladora

	Liquigás (1)(3)	Breitener (2)	Brasympe (2)	Brasil PCH (1)	Manauara (1)	FII (1)	Total	Total
No início do exercício	252.897	70.669	34.939	1	2.000	-	360.506	352.012
Ágio (Notas 10.d, 10.f.3)	590.502	-	-	12.047	-	-	602.549	590.502
Amortização do ágio (Notas 10.d, 10.f.3)	(160.996)	-	-	(904)	-	-	(161.900)	(44.277)
Parcela do ágio transferida para o imobilizado (Nota 10.d)	(86.821)	-	-	-	-	-	(86.821)	-
Resultado de equivalência (Nota 10)	78.335	(12.755)	(4.145)	321	(1.608)	34	60.182	114.069
Aquisição e aporte de capital (Notas 10.d, 10.f.3)	155.843	-	-	62.568	-	47	218.458	7.802
Dividendos	(74.052)	(14.634)	(15.037)	-	-	-	(103.723)	(112.445)
Provisão para perdas	-	-	(245)	-	-	-	(245)	(932)
No fim do exercício	755.708	43.280	15.512	74.033	392	81	889.006	906.731

(1) As demonstrações contábeis utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial foram examinadas pelos mesmos auditores independentes da controladora.

(2) As demonstrações contábeis utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial foram examinadas por outros auditores independentes.

(3) Em 2005, de acordo com o que faculta o item I do art. 248 da Lei 6.404/76, a apuração do resultado de equivalência patrimonial referente à controlada Liquigás Distribuidora S.A. foi efetuada com base em demonstrações contábeis preliminares daquela empresa, compreendendo o período de janeiro a dezembro de 2005. Desta forma, a Companhia reconheceu em 2006 uma despesa adicional de R\$15.497 no resultado de equivalência patrimonial desta investida.

(Continua)

b. Passivo

	2006			
	Passivo Circulante			Total do passivo circulante
	Fornecedores, principalmente por compras de petróleo e derivados	Dividendos propostos	Outras operações	
Petrobras	995.934	281.592	110.289	1.387.815
REFAP	68.663	-	-	68.663
Outras	18.195	-	-	18.195
	1.082.792	281.592	110.289	1.474.673
	2005			
	Passivo Circulante			Total do passivo circulante
	Fornecedores, principalmente por compras de petróleo e derivados	Dividendos propostos	Outras operações	
Petrobras	814.583	280.282	119.795	1.214.660
REFAP	40.644	-	-	40.644
Brasoil Oil Service	-	-	528.230	528.230
Outras	13.973	-	-	13.973
	869.200	280.282	648.025	1.797.507
	Passivo não Circulante			Total do passivo não circulante
	Operações de mútuo	Outras operações		
	Petrobras	41.227	-	-
Outras	-	7.658	-	7.658
	41.227	7.658	-	48.885
	2005			
	Passivo não Circulante			Total do passivo não circulante
	Operações de mútuo	Outras operações		
Petrobras	45.068	-	-	45.068
Outras	45.068	-	-	45.068

c. Resultado

	2006		2005	
	Receitas operacionais líquidas, principalmente por vendas	Receitas (despesas) financeiras líquidas	Receitas operacionais líquidas, principalmente por vendas	Receitas (despesas) financeiras líquidas
Petrobras	592.657	16.860	527.568	(279.277)
REFAP	1.254	-	323	-
Brasoil Oil Service	-	-	-	30.188
Outras	29.668	(35.819)	16.166	2.475
	623.579	8.725	544.057	(246.614)
	2006		2005	
	Receitas operacionais líquidas, principalmente por vendas	Receitas (despesas) financeiras líquidas	Receitas operacionais líquidas, principalmente por vendas	Receitas (despesas) financeiras líquidas
Petrobras	64.466	84.438	64.466	84.438
REFAP	41.160	14.983	41.160	14.983
Tributária	171.948	155.934	162.278	155.934
Ambiental	901	850	901	850
Outras	356	-	783	-
Totais (*)	278.831	256.205	269.850	261.807

As transações com as empresas do Sistema PETROBRAS foram pactuadas em condições usuais de mercado para transações semelhantes.

9. Depósitos Judiciais

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Cível	64.466	86.329	59.935	84.438
Trabalhista	41.160	19.610	35.547	14.983
Tributária	171.948	162.278	165.424	155.934
Ambiental	901	850	901	850
Outras	356	783	-	-
Totais (*)	278.831	269.850	261.807	256.205

(*) Líquido da provisão de contingências - Deliberação CVM 489/2005 - R\$53.628 em 2006 (R\$45.775 em 2005) no Consolidado.

10. Investimentos

a. Composição dos investimentos permanentes

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Participações societárias consolidadas Controladas (Nota 10.d)				
Liquigás Distribuidora S.A.	-	-	413.023	252.897
Valor do patrimônio líquido	-	-	590.502	590.502
Ágio pago na aquisição	181.331	194.995	(86.821)	-
(-) Parcela transferida para o imobilizado (Notas 10.d, 11)	-	-	(160.996)	(44.277)
(-) Amortização do ágio pago	(16.695)	(13.664)	755.708	799.122
	164.636	181.331	81	-
Fundo de Investimento Imobiliário FCM (FII) (Nota 10.e)	164.636	181.331	755.789	799.122
Controladas em conjunto (Nota 10.f)				
Brasil PCH S.A.:	-	1	62.890	1
Valor do patrimônio líquido	-	-	12.047	-
Ágio pago na aquisição	12.047	-	(904)	-
(-) Amortização do ágio pago	(904)	-	(904)	-
Breitener Energética S.A.	-	-	43.280	70.669
Brasympe Energia S.A., líquido de provisão para perdas	-	(932)	15.512	34.939
Companhia Energética Manauara S.A.	-	2.000	392	2.000
	11.143	1.069	133.217	107.609
	175.779	182.400	889.006	906.731
Participações societárias não consolidadas Coligadas da Companhia				
TEP - Termelétrica Potiguar S.A. (Nota 10.g)	102	102	102	102



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Em milhares de reais)

d. Liquigás Distribuidora S.A.

d.1. Cisão Parcial da Liquigás

As Assembléias Gerais Extraordinárias dos acionistas da Companhia e da Liquigás, realizadas em 27 de outubro de 2006, aprovaram a cisão parcial da Liquigás e a conseqüente incorporação da parcela cindida de seu patrimônio à Companhia.

Esta operação teve por objetivo concentrar a atividade de distribuição de GLP na Liquigás e a de distribuição dos demais combustíveis na Companhia. Desta forma, os valores demonstrados a seguir foram cindidos do patrimônio da Liquigás e incorporados ao da Companhia:

Ativo ⁽¹⁾		Passivo ⁽¹⁾	
Circulante	147.502	Circulante	353.206
Não circulante	205.767	Mútuo com a PETROBRAS	336.435
Realizável a longo prazo	15.074	Outros passivos circulantes	16.771
Imobilizado e Intangível	75.190	Não circulante	54
Diferido	115.503	Patrimônio líquido	9
Total do ativo	353.269	Total do passivo	353.269

(1) Os saldos acima apresentados foram certificados por peritos independentes.

d.2. Liquidação da dívida da Liquigás no exterior

Em 22 de setembro de 2006, a Liquigás celebrou contrato de mútuo oneroso com a PETROBRAS no montante de R\$490.731. Os recursos foram utilizados pela Liquigás para quitar sua dívida de US\$221 milhões com a Brasoil Oil Service Company, empresa do Sistema PETROBRAS.

Nas Assembléias Gerais Extraordinárias realizadas em 27 de outubro de 2006, foram aprovados o aporte de capital da PETROBRAS na Companhia, no valor de R\$495.678, e o aporte de capital da Companhia na Liquigás, no total de R\$155.852, com o objetivo de extinguir os direitos e obrigações relativas ao contrato de mútuo originalmente celebrado em 22 de setembro de 2006.

d.3. Ágio pago na aquisição da Liquigás

Em 2006, a Companhia amortizou R\$116.719 referentes ao ágio apurado na aquisição da Liquigás. Com a cisão parcial, foram incorporados ao ativo imobilizado da Companhia R\$86.821 referentes à parcela do ágio pago na aquisição da Liquigás fundamentado na mais valia dos ativos imobilizados cindidos pela controlada, conforme apresentado a seguir:

	2006			2005		
	Ágio por expectativa de resultados futuros	Ágio por mais valia de ativos	Total	Ágio por expectativa de resultados futuros	Ágio por mais valia de ativos	Total
Ágio no início do exercício	181.331	364.894	546.225	194.995	385.265	580.260
Parcela do ágio transferida para o imobilizado	-	(86.821)	(86.821)	-	-	-
Amortização do ágio	(16.695)	(100.024)	(116.719)	(13.664)	(20.371)	(34.035)
Ágio a amortizar	<u>164.636</u>	<u>178.049</u>	<u>342.685</u>	<u>181.331</u>	<u>364.894</u>	<u>546.225</u>

O ágio decorrente da diferença entre o valor de mercado dos bens do ativo da controlada e o respectivo valor contábil, no montante líquido de R\$178.049, está sendo amortizado na proporção da realização daqueles ativos na Liquigás Distribuidora S.A. O ágio por expectativa de lucros futuros, no valor líquido de R\$164.636, vem sendo amortizado no prazo, extensão e proporção dos resultados projetados no laudo elaborado pelos peritos independentes, não excedendo o limite de 10 anos.

Para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas, e de acordo com o artigo 26 da Instrução CVM nº 247/96, o ágio decorrente da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil de ativos e passivos deve ser adicionado na conta utilizada pela controlada para registro do respectivo ativo. Desta forma, para a apresentação das demonstrações contábeis consolidadas, a parcela do ágio a amortizar relativa à mais valia de ativos, líquida da amortização correspondente (R\$178.049), foi reclassificada para o ativo imobilizado. O ágio amortizado no exercício foi reclassificado para os grupos de despesas com vendas, gerais e administrativas e para o resultado não operacional.

e. Fundo de Investimento Imobiliário FCM (FII)

O Fundo de Investimento Imobiliário FCM - FII, administrado pela Rio Bravo Investimentos S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, foi constituído em 4 de setembro de 2006, iniciando suas operações em 1º de novembro de 2006, com o objetivo de adquirir, por meio de uma promessa de compra e venda, 16 imóveis de propriedade da Companhia. Esses imóveis são representados por terminais e bases e postos de abastecimento.

Os imóveis alienados ao fundo foram alugados à Companhia pelo prazo de 10 (dez) anos, prorrogáveis por mais 2 (dois) períodos de 5 (cinco) anos, através do Contrato de Locação celebrado em 20 de outubro de 2006, com efeito a partir de 5 de agosto de 2006. O valor da locação é dividido em dois componentes, pagos anualmente: (i) parcela A: 10 (dez) parcelas de R\$135 a serem pagas em 5 de janeiro, referente ao uso de imóveis no segundo semestre de cada ano e 10 (dez) parcelas de R\$227 a serem pagas em 5 de julho, referente ao uso dos imóveis no primeiro semestre de cada ano; e (ii) parcela B: 10 (dez) parcelas de R\$11.602 a serem pagas em 5 de agosto de cada ano. As parcelas do valor locatício serão atualizadas monetariamente, anualmente, a partir de 5 de agosto de 2007 pela variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M).

Pela alienação dos imóveis do FII, cujo valor contábil era de R\$51.099, a Companhia recebeu R\$73.655 correspondentes ao produto da emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs). O ganho de capital de R\$22.556 foi reconhecido no resultado não operacional.

A obrigação do FII, decorrente da aquisição dos imóveis da Companhia, no montante atualizado de R\$77.827, está registrada em outros passivos não circulantes nas demonstrações contábeis consolidadas.

f. Participações em controladas em conjunto

f.1. Breitener Energética S.A.

A Breitener tem direito ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração. Este incentivo, que tem prazo de 10 anos a partir de 2003, não pode ser distribuído aos sócios e deve constituir reserva de capital específica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Por força dos contratos para suprimento de energia elétrica celebrados com a Manaus Energia S.A., na modalidade de potência contratada e de energia fornecida, a Breitener transferiu suas atividades de Maracanaú - CE para Manaus - AM, onde opera, a partir de 2006, através das Sociedades de Propósito Específico (SPEs) Breitener Tambaqui S.A. e Breitener Jaraqui S.A., controladas integralmente pela Breitener.

A Breitener Jaraqui e a Breitener Tambaqui geram, juntas, 120 MW. O início das operações da Breitener Tambaqui e da Breitener Jaraqui ocorreu em 12 de janeiro e 5 de abril de 2006, respectivamente.

f.2. Brasympe Energia S.A.

A Brasympe tem direito ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração. Este incentivo, que tem prazo de 10 anos a partir de 2003, não pode ser distribuído aos sócios e deve constituir reserva de capital específica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

As receitas da Brasympe advinham exclusivamente de contrato de fornecimento de energia emergencial firmado com a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE), cujo vencimento ocorreu em 31 de dezembro de 2005. A continuidade operacional da Brasympe está vinculada aos estudos de novos projetos de geração e distribuição de energia que vêm sendo desenvolvidos pela Administração da controlada.

f.3. Brasil PCH S.A.

A Brasil PCH é uma holding que exerce o controle das demais empresas que compõem a estrutura societária concebida para explorar o negócio de produção de energia elétrica a partir de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Tal controle é exercido através da PCHPAR - PCH Participações S.A. que, por sua vez, detém o controle acionário integral de outras 13 sociedades, também constituídas sob a forma de SPEs.

Estas PCHs foram criadas com o objetivo de explorar os empreendimentos selecionados, em meados de 2004, por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA), criado pelo Ministério de Minas e Energia. A energia contratada pelo PROINFA deve ser gerada através de fontes alternativas, como a biomassa e a energia eólica, ou através de pequenas centrais hidrelétricas. A energia produzida pelas PCHs será adquirida pela Eletrobrás, através de contratos com prazo de vigência de 20 anos, a partir da data de entrada em operação dos empreendimentos, prevista para 2008.

Em 16 de dezembro de 2005, a Companhia adquiriu 50% das ações ordinárias da Sociedade de Propósito Específico (SPEs) Brasil PCH S.A. Com o objetivo de fomentar a implantação das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) que serão administradas pela Brasil PCH S.A., a Administração da Companhia autorizou um adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) na investida, no montante de R\$33.000. Tal adiantamento foi convertido em aumento de capital em 4 de abril de 2006, conforme aprovação da Assembléia Geral Extraordinária da investida, que também aprovou um cronograma de aportes adicionais por parte dos acionistas.

Como conseqüência desse cronograma de aportes, a Companhia aplicou recursos adicionais de R\$29.568 sob a forma de aumento de capital e de R\$12.047 a título de ágio.

O ágio, fundamentado na expectativa de resultados futuros, vem sendo amortizado no prazo, extensão e proporção dos resultados projetados no laudo elaborado por perito independente, não excedendo a 10 anos.

A Brasil PCH empregou R\$103.925 em recursos na construção das centrais hidrelétricas no exercício de 2006.

f.4. Companhia Energética Manauara S.A.

A Companhia Energética Manauara S.A. foi constituída em 8 de novembro de 2005 como sociedade de propósito específico, tendo como objeto social a produção de energia elétrica para fornecimento exclusivo à Companhia Manaus Energia S.A., tendo entrado em operação em 22 de setembro de 2006.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 31 de outubro de 2005, a administração da Companhia autorizou a subscrição de 2.000.000 de ações ordinárias nominativas no valor de R\$2.000, integrantes do capital social da Companhia Energética Manauara S.A.. A participação da Companhia neste empreendimento é de 40%, e os 60% remanescentes pertencem à Termelétrica Potiguar S.A. (TEP), coligada da Companhia.

g. Outras participações societárias

g.1. Leilões de energia

Em 29 de junho de 2006, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL realizou licitação, na modalidade leilão, objetivando a contratação de capacidade de energia para o Sistema Interligado Nacional - SIN, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, por um período de 15 anos, a partir de 2009, com retorno potencial de aproximadamente R\$120 milhões.

Neste leilão de energia nova, a Companhia ganhou contratos de fornecimento de energia de 695MW, através de seus empreendimentos Camaçari Murici I, Camaçari Murici II, Pólo de Apoio I, Pecém II, TEP I e TEP III.

A coligada TEP - Termelétrica Potiguar S.A. obteve o direito de exploração, no mesmo leilão, dos empreendimentos Potiguar I e Potiguar III.

h. Concessão para exploração e comercialização de gás natural no Estado do Espírito Santo

A Companhia é concessionária para exploração exclusiva dos serviços de distribuição de gás canalizado no Estado do Espírito Santo, mediante contrato de concessão assinado junto ao governo deste Estado, pelo prazo de 50 anos, com vencimento em 2043.

Finda a concessão, o contrato prevê indenização à Companhia das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, conforme levantamentos, avaliações e liquidações a serem realizados objetivando determinar o valor da referida indenização.

A concessão prevê a distribuição para os segmentos industrial, residencial, comercial e veicular.

A remuneração da Companhia corresponde ao valor das tarifas cobradas pelo volume de gás consumido, com preços sujeitos a reajustes e revisões na forma do contrato.

i. Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais relativos ao Fundo de Investimento do Amazonas (FINAM) e o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) encontram-se registrados por seu valor original descontado de provisão integral para perdas.

11. Imobilizado

a. Por área de negócio

	Consolidado			
	2006		2005	
	Custo	Depreciação e amortização do ágio acumuladas	Líquido (a)	Líquido
Gás e Energia	315.647	(37.585)	278.062	77.936
Distribuição	4.233.509	(1.634.787)	2.598.722	2.377.166
	<u>4.549.156</u>	<u>(1.672.372)</u>	<u>2.876.784</u>	<u>2.455.102</u>

	Controladora			
	2006		2005	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Gás e Energia	39.302	(6.333)	32.969	26.136
Distribuição	3.352.933	(1.175.681)	2.177.252	1.753.506
	<u>3.392.235</u>	<u>(1.182.014)</u>	<u>2.210.221</u>	<u>1.779.642</u>

b. Por tipo de ativos

	Tempo de vida útil estimado (em anos)	Consolidado			
		2006		2005	
		Custo	Depreciação e amortização do ágio acumuladas	Líquido (a)	Líquido
Edificações e benfeitorias	5 a 25	1.057.596	(276.420)	781.176	540.920
Equipamentos e outros bens	5 a 10	2.669.118	(1.387.007)	1.282.111	1.202.336
Terrenos		304.774	(8.945)	295.829	257.194
Adiantamentos a fornecedores		-	-	-	24
Projetos de expansão		517.668	-	517.668	454.628
		<u>4.549.156</u>	<u>(1.672.372)</u>	<u>2.876.784</u>	<u>2.455.102</u>

	Tempo de vida útil estimado (em anos)	Controladora			
		2006		2005	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações e benfeitorias	5 a 25	886.418	(236.595)	649.823	404.899
Equipamentos e outros bens	5 a 10	1.895.557	(945.419)	950.138	797.067
Terrenos		217.724	-	217.724	144.712
Projetos de expansão		392.536	-	392.536	432.964
		<u>3.392.235</u>	<u>(1.182.014)</u>	<u>2.210.221</u>	<u>1.779.642</u>

(a) Inclui a parcela do ágio ainda não amortizado referente à aquisição da controlada Liquigás Distribuidora S.A., atribuível à diferença entre o valor de mercado e o valor contábil do ativo imobilizado, no montante de R\$178.049, líquido de amortização (Nota 10.d).

12. Intangível

a. Por área de negócio

	Consolidado			
	2006		2005	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Gás e Energia	262	(60)	202	38
Distribuição	183.005	(75.960)	107.045	82.845
	<u>183.267</u>	<u>(76.020)</u>	<u>107.247</u>	<u>82.883</u>

	Controladora			
	2006		2005	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Distribuição	109.078	(41.740)	67.338	56.073
	<u>109.078</u>	<u>(41.740)</u>	<u>67.338</u>	<u>56.073</u>

b. Por tipo de ativos

	Tempo de vida útil estimado (em anos)	Consolidado			
		2006		2005	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software		179.811	(75.621)	104.190	81.205
Direitos e concessões		3.456	(399)	3.057	1.678
		<u>183.267</u>	<u>(76.020)</u>	<u>107.247</u>	<u>82.883</u>

	Tempo de vida útil estimado (em anos)	Controladora			
		2006		2005	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software		106.979	(41.471)	65.508	54.421
Direitos e concessões		2.099	(269)	1.830	1.652
		<u>109.078</u>	<u>(41.740)</u>	<u>67.338</u>	<u>56.073</u>

13. Diferido

	2006					2005	
	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido		
Ágio na aquisição de controladas:							
SP1 Holding	10,29%	184.376	(154.333)	30.043	49.018		
Companhia São Paulo de Petróleo	12,73%	30.601	(24.435)	6.166	10.060		
Ipê Distribuidora de Petróleo S.A.	10,00%	8.654	(4.760)	3.894	4.760		
ELEC S.A.	10,00%	53.664	(31.304)	22.360	27.726		
LESH S.A.	12,72%	105.241	(62.825)	42.416	60.792		
Gastos pré-operacionais:							
Breitener Energética S.A.	10,00%	48.858	(15.854)	33.004	4.757		
Companhia Energética Manauara	10,00%	3.591	(84)	3.507	-		
Brasil PCH S.A.	10,00%	29.757	-	29.757	-		
		<u>464.742</u>	<u>(293.595)</u>	<u>171.147</u>	<u>157.113</u>		

O ágio na aquisição de controladas representa os ágios pagos pela Liquigás Distribuidora S.A. nas aquisições de empresas incorporadas, os quais foram incorporados ao ativo da Companhia, em decorrência da cisão parcial da Liquigás.

14. Empréstimos e Financiamentos

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2006	2005	2006	2005
No exterior				
Brasoil Oil Service	-	528.230	-	-
Subtotal	-	528.230	-	-
No País				
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	104.490	-	145.413	-
Banco do Brasil	512.020	-	-	-
Outros	153.291	5.365	47.442	28.298
Subtotal	<u>769.801</u>	<u>5.365</u>	<u>192.855</u>	<u>28.298</u>
	<u>769.801</u>	<u>533.595</u>	<u>192.855</u>	<u>28.298</u>

	Controladora			
	Circulante		Não Circulante	
	2006	2005	2006	2005
No País				
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	104.490	-	-	-
Banco do Brasil	512.020	-	8.645	-
Subtotal	<u>616.510</u>	<u>-</u>	<u>8.645</u>	<u>-</u>
	<u>616.510</u>	<u>-</u>	<u>8.645</u>	<u>-</u>

a. Vencimento do principal dos financiamentos não circulantes

Período	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
2008	25.742	-	-	8.645
2009	11.3			



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Em milhares de reais)

16. Impostos e contribuições sociais

a. Impostos a recuperar - Ativo circulante

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
ICMS	387.235	363.762	348.849	321.837
IPI	18.110	17.072	17.189	16.021
PASEP	19.386	19.585	18.083	19.385
COFINS	61.132	61.797	55.131	61.129
IR a recuperar	2.213	6.379	473	10
CSLL a recuperar	734	1.651	96	-
IR Diferido	96.438	67.158	82.223	54.617
CSLL Diferida	34.592	24.127	29.600	19.662
Outros	6.524	14.784	4.720	4.391
	626.364	576.315	556.364	497.052

a.1. Impostos a recuperar - Ativo não circulante

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
ICMS	42.123	49.057	41.105	46.084
IR Diferido	142.770	189.177	106.806	126.937
CSLL Diferida	52.101	68.435	39.350	46.599
Outros	808	912	-	-
	237.802	307.581	187.261	219.620

b. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor destes tributos registrados nas demonstrações estão apresentados a seguir:

	Consolidado			Controladora	
	2006	2005		2006	2005
Lucro do exercício antes dos impostos e após a participação dos empregados	978.112	1.044.533			
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(332.558)	(355.141)			
Efeito dos ajustes para apuração alíquota efetiva:					
Obrigações com plano de aposentadoria e pensão e saúde	(48.301)	(50.014)			
Resultado de equivalência patrimonial	1.327	626			
Perdas em estoques	(13.715)	(4.579)			
Outros itens	(12.328)	21.511			
Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	(2.511)	(1.306)			
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(408.087)	(388.903)			
Imposto de renda e contribuição social correntes	(379.343)	(361.511)			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(28.744)	(27.392)			
			Controladora		
			2006	2005	
Lucro do exercício antes dos impostos e após a participação dos empregados			925.886	1.018.745	
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)			(314.801)	(346.373)	
Efeito dos ajustes para apuração alíquota efetiva:					
Obrigações com plano de aposentadoria e pensão e saúde			(47.810)	(49.173)	
Resultado de equivalência patrimonial			20.462	38.783	
Perdas em estoques			(13.715)	(4.579)	
Outros itens			6.556	4.279	
Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas			(6.553)	(6.051)	
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social			(355.861)	(363.115)	
Imposto de renda e contribuição social correntes			(350.894)	(333.345)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos			(4.967)	(29.770)	

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir.

c.1. Ativos fiscais diferidos

Natureza	2006		Fundamento para realização
	Consolidado	Controladora	
Prejuízos fiscais	23.784	-	Apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com os prejuízos fiscais
Apropriação de mútuos (Nota 6.c)	64.028	64.028	Término do contrato de financiamentos absorvíveis
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	47.557	36.199	Realização pelo recebimento ou efetivação da perda, ou ainda pela aquisição de dedutibilidade face ao ajuizamento da cobrança e vencidos há mais de 2 anos
Provisão para contingências	60.189	46.877	Expectativa de realização conforme o julgamento das causas (ações judiciais cuja perda é considerada provável)
Obrigação PETROS - futuros inativos	23.029	23.029	Pagamentos mensais da parcela de previdência privada da patrocinadora à PETROS
Amortização de ágio na aquisição de participação em controlada	55.046	55.046	Realização do investimento
Provisão para participação nos lucros	23.734	23.734	Pagamento efetivo
Outros	28.534	9.066	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	325.901	257.979	
No ativo circulante	131.030	111.823	
No ativo não circulante	194.871	146.156	

c.2. Passivos fiscais diferidos

Natureza	2006		Fundamento para liquidação
	Consolidado	Controladora	
Lucro diferido nas vendas a entidades governamentais	8.399	8.399	Liquidação financeira da venda
Juros sobre Notas do Tesouro Nacional - Série P	12.171	116	Alienação
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.570	8.515	
No passivo circulante	8.399	8.399	
No passivo não circulante	12.171	116	

c.3. Expectativa de realização

Período	Expectativa de realização			
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
	Imposto de renda e CSLL diferidos ativos	Imposto de renda e CSLL diferidos passivos	Imposto de renda e CSLL diferidos ativos	Imposto de renda e CSLL diferidos passivos
2007	131.030	8.399	111.823	8.399
2008	38.709	-	20.695	-
2009	25.416	-	20.695	-
2010	30.452	-	20.695	-
2011	10.310	12.055	4.688	-
2012	5.697	116	4.688	116
2013	62.000	-	59.734	-
2014 a 2016	22.287	-	14.961	-
Total	325.901	20.570	257.979	8.515

Em atendimento à Deliberação CVM nº 273/98 e à Instrução CVM nº 371/02, a Companhia reconheceu o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos apurados sobre diferenças temporárias, no valor de R\$257.979, classificados no ativo circulante (R\$111.823) e no ativo não circulante (R\$146.156), bem como os passivos fiscais diferidos no total de R\$8.515, classificados no passivo circulante (R\$8.399) e no passivo não circulante (R\$116). A Companhia tem histórico de lucratividade nos últimos exercícios sociais e previsão, conforme o Plano de Negócios aprovado pelo Conselho de Administração para o período de 2007 a 2011, de que os lucros a serem auferidos nos próximos exercícios gerarão condição de compensação dos ativos fiscais diferidos, cuja classificação, por expectativa de realização, foi efetuada com conservadorismo. A Liquigás Distribuidora S.A., controlada da Companhia, apresentava, em 31 de dezembro de 2006, prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social acumulados nos montantes de R\$70.886 e R\$67.363, respectivamente, os quais poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros até o limite de 30% sobre o lucro anual, com base na Lei nº 9.249/95.

17. Benefícios Concedidos a Empregados

a. Plano de Pensão - Fundação PETROBRAS de Seguridade Social - PETROS

A Fundação PETROBRAS de Seguridade Social - PETROS e o plano de benefícios em vigor (Plano PETROS) A Fundação PETROBRAS de Seguridade Social - PETROS, constituída pela PETROBRAS, é uma pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, com autonomia administrativa e financeira que, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, tem por objetivos primordiais:

(i) Instituir, administrar e executar planos de benefícios das empresas ou entidades com as quais tiver firmado convênio de adesão;

(ii) prestar serviços de administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária; e

(iii) promover o bem-estar social dos seus participantes, especialmente no que concerne à previdência.

O Plano PETROS foi instituído pela PETROBRAS em julho de 1970 e é do tipo benefício definido, que assegura aos participantes uma suplementação do benefício concedido pela Previdência Social. Após o processo de separação de massas concluído em 2001, o Plano PETROS transformou-se em diversos planos de benefícios definidos.

Em 31 de dezembro de 2006, as seguintes empresas patrocinadoras pertenciam ao Plano PETROS no âmbito do Sistema PETROBRAS: Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, as subsidiárias PETROBRAS Distribuidora S.A. - BR, PETROBRAS Química S.A. - PETROQUISA, e a Alberto Pasqualini - REFAP S.A., controlada da Downstream Participações Ltda.

Atualmente a PETROS recebe contribuições mensais das empresas patrocinadoras que compõem o Plano PETROS equivalentes a 12,93% sobre a folha de salários dos empregados participantes do plano e contribuições dos empregados e aposentados, bem como auferem rendimentos pela aplicação dessas contribuições em investimentos.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria, como também os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica, detalhado mais adiante, são provisionados no balanço da Companhia, com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada que considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação resultante do serviço prestado pelo empregado reconhecidos durante o período laborativo dos empregados. Os ativos garantidores do plano de pensão são apresentados reduzindo o compromisso atuarial líquido.

Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados pelas diferenças entre os valores das obrigações e ativos apurados com base em premissas atuariais estimadas e as efetivamente incorridas são, respectivamente, incluídos ou excluídos na determinação do compromisso atuarial líquido. Esses ganhos e perdas são amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos.

A avaliação do plano de custeio da PETROS é procedida por atuários independentes, em regime de capitalização, adotado em caráter geral.

Na apuração de eventual déficit no plano de benefício definido, de acordo com o método de custeio atuarial utilizado pela PETROS, a legislação brasileira, na Emenda Constitucional nº 20 de 1998, sobre planos de previdência complementar de empresas de economia mista, prevê que o equacionamento deste déficit, via ajuste nas contribuições normais, deverá ser custeado paritariamente entre patrocinadoras e participantes.

O Plano PETROS está fechado aos empregados do Sistema PETROBRAS, admitidos a partir de setembro de 2002 e a Companhia fez um seguro de vida em grupo para cobertura de todos os empregados admitidos posteriormente. Este seguro vigorará enquanto não for implantado um novo plano de previdência privada.

Novo plano de benefícios

Em 2001, foi criado um plano misto de previdência denominado PETROBRAS VIDA, destinado aos atuais e novos empregados, o qual porém foi suspenso desde aquele exercício, em virtude de liminares concedidas em mandado de segurança impetrado por entidades sindicais cujo mérito da ação teve a sentença proferida em 2004, tornando nulo o ato do Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS que aprovara o novo plano, declarando inválidas eventuais alterações promovidas no Plano PETROS, com base naquela aprovação.

O processo está em recurso, em segunda instância, aguardando o julgamento do mérito em questão.

Em 2003, a PETROBRAS constituiu um grupo de trabalho do qual participaram representantes da Federação Única dos Petroleiros - FUP e sindicatos, com o objetivo de fazer avaliações técnicas sobre alternativas para o modelo de previdência complementar da Companhia, incluindo propostas negociadas para o fortalecimento de sua sustentabilidade econômico-financeira, análise da viabilidade de atendimento de pleitos específicos destas entidades representativas e o equacionamento definitivo do equilíbrio atuarial do atual Plano PETROS.

Em abril de 2006, a PETROBRAS, na busca de um entendimento a respeito de seu Plano de Previdência Complementar, apresentou aos participantes empregados e assistidos, proposta que visava propiciar uma situação de equilíbrio para o atual Plano PETROS e a implantação de um Novo Plano, denominado Plano PETROS 2, sujeita à aprovação do seu Conselho de Administração posteriormente às negociações.

A proposta apresentada pela Diretoria Executiva da Companhia tinha diversas condicionantes para sua viabilização e efetivação, entre elas a repactuação do Regulamento do Plano PETROS, no que se refere à forma de reajustes dos benefícios e aposentadorias e pensões, considerando a adesão individual maciça de participantes empregados e assistidos.

A meta de repactuação maciça do Plano Petros, previamente estabelecida pela Companhia, não foi alcançada, tornando sem efeito a proposta apresentada pela PETROBRAS.

Em janeiro de 2007, o Conselho de Administração da PETROBRAS aprovou a reabertura do processo de repactuação do Plano PETROS, com o objetivo de atender às reivindicações das entidades sindicais, dado que a maioria dos participantes havia se posicionado favorável à repactuação.

A nova meta de adesão mínima à repactuação foi estabelecida em 2/3 (dois terços) dos participantes e o prazo final para opção é 28 de fevereiro de 2007. Caso a meta de repactuação não seja atingida, a proposta apresentada pela Companhia torna-se sem efeito, cabendo à Petros tomar as providências para o equacionamento do déficit do Plano PETROS conforme estabelece a legislação previdenciária do país.

Em outubro de 2006, o Conselho de Administração da PETROBRAS aprovou a implementação do novo plano previdenciário, denominado Plano PETROS 2, para os empregados que atualmente estão sem plano.

O Novo Plano de previdência complementar foi concebido na modalidade de Contribuição Variável - CV ou misto, com a capitalização de recursos através de contas individuais, aposentadorias estabelecidas em função do saldo da conta, além da cobertura para riscos previdenciários (invalidez e morte na fase ativa) e das opções de pagamento de benefícios em regime de renda vitalícia, com previsão de reversão em pensão para dependentes após morte do titular, ou pelo regime de quotas.

O Plano PETROS 2 também contempla regime de pagamento em renda vitalícia, um benefício mínimo que garante a cobertura do benefício para que o mesmo não tenha valor monetário inferior a 30% do salário de contribuição média.

Em dezembro de 2006, o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) se posicionou favoravelmente à aprovação da proposta do Plano PETROS 2, que contou, também, com a manifestação favorável, em 05 de janeiro de 2007, do Ministério de Minas e Energia.

Em janeiro de 2007, o Conselho Deliberativo da Petros aprovou o Plano PETROS 2, que será remetido para avaliação e manifestação da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, para a devida aprovação final, quando então poderá ser ofertado aos empregados que hoje estão sem cobertura de plano de previdência complementar patrocinado pela Companhia.

Os reais impactos da implementação do Plano PETROS 2, para atender aos empregados sem cobertura da previdência complementar, serão avaliados por atuários independentes e reconhecidos contabilmente pela PETROBRAS e demais patrocinadoras do Plano, quando da conclusão do processo de adesão.

A PETROBRAS e as demais patrocinadoras assumirão integralmente as contribuições correspondentes ao período em que os novos participantes estiverem sem plano. Este serviço passado deverá considerar o período desde a data de admissão até a abertura para inscrição no Plano PETROS 2. Os desembolsos serão realizados ao longo dos primeiros meses de contribuição até o total de meses que o participante ficou sem plano, e deverá cobrir a parte relativa aos participantes e patrocinadora. Na Companhia, o valor máximo estimado deste compromisso atuarial, em 31 de dezembro de 2006, calculado atuarialmente, foi de R\$7.277.

Esse Novo Plano também viabiliza a manutenção da cobertura previdenciária oferecida pela Companhia, estanca riscos do modelo de benefício definido adotado e reduz consideravelmente a possibilidade de déficits futuros.

Para a Companhia, a proposição de adequação do Modelo de Previdência Complementar é fundamental para sua gestão a fim de mantê-lo atrativo, auto-sustentável financeiramente e fortalecido como um poderoso instrumento de gestão de pessoas.

b. Plano de Saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A PETROBRAS e suas subsidiárias, PETROBRAS Distribuidora S.A. - BR, PETROBRAS Química S.A. - PETROQUISA, e a Alberto Pasqualini - REFAP S.A., controlada da Downstream Participações Ltda., mantêm um plano de assistência médica (AMS), com benefícios definidos, que cobre todos os empregados das empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela própria Companhia e os empregados contribuem com uma parcela fixa para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, de acordo com tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais.

O compromisso da Companhia relacionado aos benefícios futuros devidos aos participantes do plano é calculado anualmente por atuário independente, com base no método da Unidade de Crédito Projetada, de forma semelhante ao cálculo realizado para os compromissos com pensões e aposentadorias, descritos anteriormente.

O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

Os ganhos e perdas atuariais gerados pelas diferenças entre os valores das obrigações apuradas com base em premissas atuariais estimadas e as efetivamente incorridas são, respectivamente, incluídos ou excluídos na determinação do passivo atuarial líquido. Esses ganhos e perdas são amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos.

Em dezembro de 2006, a PETROBRAS implementou o Benefício Farmácia que prevê condições especiais na aquisição de certos medicamentos pelos beneficiários da AMS, em farmácias cadastradas, distribuídas em todo o território nacional.

Com a implementação deste Benefício, o custo do serviço passado para a Companhia, estimado por atuários independentes em 31 de dezembro de 2006, foi de R\$11.407, sendo amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos.

Liquigás Distribuidora S.A.

O compromisso da Liquigás Distribuidora S.A. relacionado à assistência médica dos empregados ativos e aposentados administrado pela própria Companhia é calculado anualmente por atuário independente. O método adotado para calcular a despesa e os itens de aspecto atuarial é o do Crédito Unitário Projetado. Este método define o custo do benefício que será alocado durante a carreira ativa do empregado, no período entre a data de admissão na Empresa e a primeira data de plena exigibilidade do benefício, que é estabelecido nos Acordos Coletivos de Trabalho resultante das negociações sindicais com os empregados da categoria GLP.

Conforme procedimento estabelecido na Deliberação CVM nº. 371/00, em 31 de dezembro de 2006 a Liquigás Distribuidora S.A. tem uma provisão para Benefício de Assistência Médica aos Empregados no montante de R\$39.154 (R\$37.709 em 31 de dezembro de 2005).

c. Movimentação dos valores provisionados - controladora

	2006		2005	
	Aposentadorias e pensões	Plano de saúde	Aposentadorias e pensões	Plano de saúde
Valor presente das obrigações atuariais	1.706.375	659.862	1.533.871	659.650
Valor justo dos ativos	(1.234.289)	-	(1.072.711)	-
Valor da obrigação em excesso ao ativo	472.086	659.862	461.160	659.650
Perdas atuariais não-reconhecidas	(248.928)	(115.866)	(303.742)	(208.299)
Custo do serviço passado não reconhecido	-	(11.407)	-	-
Saldos em 31 de dezembro	223.158	532.589	157.418	451.351
	2006		2005	
	Aposentadorias e pensões	Plano de saúde	Aposentadorias e pensões	Plano de saúde
Saldo em 1º de janeiro	157.418	451.351	84.157	373.192
(+) Despesa projetada, líquida de contribuições esperadas do participante	80.885	98.880	86.829	93.378
(-) Contribuições da patrocinadora	(15.145)	(17.642)	(13.568)	(15.219)
Saldo em 31 de dezembro	223.158	532.589	157.418	451.351
Passivo circulante	14.540	-	13.469	-
Passivo não circulante	208.618	532.589	143.949	451.351

A despesa líquida com o plano de benefícios de pensão e aposentadoria concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas, para o exercício de janeiro a dezembro de 2006, de acordo com cálculo atuarial realizado por atuário independente, inclui os seguintes componentes:

	2006		2005	
	Aposentadorias e pensões	Plano de saúde	Aposentadorias e pensões	Plano de saúde
Custo do serviço corrente	29.758	14.095	26.342	16.234
Custo dos juros	169.222	73.545	149.318	65.256
Rendimento estimado dos ativos do plano	(120.699)	-	(98.578)	-
Amortização de perdas não reconhecidas	14.028	11.240	21.691	11.888
Contribuições esperadas de participantes	(11.424)	-	(11.944)	-
Custo líquido no exercício	80.885	98.880	86.829	93.378

A atualização das provisões foi registrada no resultado do exercício, conforme discriminado:

	2006		2005	
	Aposentadorias e pensões	Plano de saúde	Aposentadorias e pensões	Plano

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Em milhares de reais)

O progressivo aumento da longevidade das pessoas tem reflexos diretos sobre o volume dos compromissos e obrigações estimados e provisionados com estes planos. O valor referente às perdas atuariais não reconhecidas será amortizado e registrado nos resultados de exercícios subsequentes ao longo da expectativa de vida média dos participantes. As principais premissas adotadas no cálculo atuarial foram as seguintes:

Modalidade	Premissa atual
Plano de benefício	Benefício definido
Método de avaliação atuarial	Unidade de crédito projetada
Tábua de mortalidade	AT 2000 *
Invalidez	ZIMMERMANN ajustada pela GLOBALPREV
Tábua de inválidos	AT 49 *
Rotatividade - Petros	0% a.a.
Rotatividade - AMS	Até 25 anos: 1,74% a.a.
	De 26 a 30 anos: 1,69% a.a.
	De 31 a 35 anos: 1,29% a.a.
	De 36 a 40 anos: 0,46% a.a.
	De 41 a 45 anos: 0,21% a.a.
	De 46 a 50 anos: 0,17% a.a.
	Mais de 50 anos: 0% a.a.
Taxa de desconto para o passivo atuarial	Juros: 6% a.a. + inflação: 4,5% a.a.
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	Juros: 6,2% a.a. + inflação: 4,5% a.a.
Crescimento salarial	2,02% a.a. + inflação: 4,5% a.a.**

* Separada por sexo (masculino e feminino)

** Até 47 anos. Após esta idade, apenas a inflação.

d. Participação dos empregados e administradores

A participação dos empregados nos lucros e resultados, conforme disposto na legislação em vigor, pode ocorrer baseada em programas espontâneos mantidos pelas empresas ou em acordos com os empregados ou com as entidades sindicais.

Dessa forma, de acordo com o artigo 42 do Estatuto Social e com o Ofício MP/SE/DEST nº538/05, em 31 de dezembro de 2006 a Companhia provisionou o valor de R\$69.806 (R\$68.536 em 2005) para a distribuição aos seus empregados, respeitados os limites estabelecidos pela Resolução nº 10/95, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - CCE. Esses valores estão classificados em outros passivos circulantes. No Consolidado, está computada a participação dos empregados da Liquigás Distribuidora S.A. nos lucros da controlada, no montante de R\$8.455 (R\$7.053 em 2005).

A participação dos administradores nos lucros ou resultados será objeto de deliberação pela Assembleia Geral Ordinária, em 30 de março de 2007, na forma disposta pelo artigo 32 do Estatuto Social da Companhia.

18. Patrimônio Líquido**a. Capital social**

Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de março de 2005, foi aprovada a conversão da totalidade das ações preferenciais da Companhia em ações ordinárias. Como resultado desta operação, o capital social da Companhia passou a ser composto por 42.853.453.082 ações ordinárias, pertencentes à PETROBRAS, única acionista da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de outubro de 2005, foi aprovada a incorporação ao capital social do endividamento financeiro da Companhia com a PETROBRAS, no montante de R\$1.900.000.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de outubro de 2006, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$495.678, mediante transferência de créditos da PETROBRAS contra a Liquigás no montante de R\$155.852 e da conversão em capital da parcela de R\$339.826 do mútuo firmado entre a PETROBRAS e a Liquigás, incorporado ao capital da Companhia por ocasião da cisão parcial da Liquigás, já acrescido dos encargos financeiros.

O capital social em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, totalmente subscrito e integralizado, está composto por 42.853.453.082 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal e inconversíveis.

b. Reserva de capital - Incentivos fiscais

Reserva constituída com aplicações em incentivos fiscais no Fundo de Investimento do Amazonas (FINAM) e no Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), originadas de destinações de parte do imposto de renda pago pela Companhia.

c. Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Reserva estatutária

É constituída de acordo com o artigo 46 do Estatuto Social da Companhia, mediante a apropriação do lucro líquido do exercício em valor equivalente a 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício, não podendo exceder a 5% do mesmo. Esta reserva destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico da Companhia.

e. Reserva de retenção de lucros

É destinada às aplicações previstas em orçamento de capital, principalmente nas atividades de distribuição de derivados de petróleo, álcool e infra-estrutura de apoio, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal e com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

O orçamento de capital do exercício de 2007, aprovado pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal, será encaminhado à aprovação da Assembleia Geral Ordinária em 30 de março de 2007.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2006 está sendo prevista uma retenção de lucros de R\$237.521.

f. Dividendos

Aos acionistas é garantido um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 2006, o dividendo mínimo seria de R\$135.381. A proposta dos dividendos relativos ao exercício de 2006, no montante de R\$281.592, será encaminhada pela Administração da Companhia à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de março de 2007.

	2006	2005
Lucro líquido do exercício	570.025	655.630
Apropriação:		
Reserva legal	(28.501)	(32.781)
Lucro básico para determinação dos dividendos	541.524	622.849
Dividendos propostos, equivalentes a 52% (45% em 2005) do lucro básico - R\$6,57 por lote de mil ações (R\$6,54 por lote de mil ações em 2005)	281.592	280.282
Total dos dividendos propostos	281.592	280.282

Os dividendos serão pagos na data a ser fixada em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. Seu valor será atualizado monetariamente, a partir de 31 de dezembro de 2006, até a data do pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

19. Contingências**a. Processos judiciais provisionados**

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constituiu provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Em 31 de dezembro, essas provisões são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Causas trabalhistas	55.117	39.335	52.092	35.913
Causas fiscais	29.872	30.512	1.956	67
Causas cíveis	33.191	65.763	31.419	64.595
Causas ambientais	97	-	27	-
Total (1)	118.277	135.610	85.494	100.575
Provisão para contingências - circulante (2)	4.472	256	-	256
Provisão para contingências - não circulante	113.805	135.354	85.494	100.319

(1) Líquido dos depósitos judiciais - Deliberação CVM 489/2005 - R\$53.628 em 2006 (R\$45.775 em 2005) no Consolidado.

(2) Parcela registrada em outros passivos circulantes

b. Processos judiciais não provisionados

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré em 31 de dezembro de 2006 e 2005 e estimaram as perdas possíveis em R\$1.398.692 (R\$1.325.601 em 2005) e as perdas remotas em R\$411.472 (R\$162.137 em 2005).

20. Instrumentos Financeiros

As contas a receber e a pagar têm prazo compatível com as operações normais realizadas pela Companhia e seus valores equivalem aos de mercado.

Os riscos sobre os recebíveis da Companhia estão refletidos na provisão para créditos de liquidação duvidosa, de acordo com as Notas 2.c e 6.d. As contas a receber não apresentam significativa concentração por cliente, por segmento de mercado ou por região, estando os riscos de recebimento diluídos pela expressiva carteira de clientes da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia apresenta dívidas com instituições financeiras, dentre as quais 35,0% estão compostas por compromissos de curto prazo com sua Controladora, relativos a operações financeiras e a operações de compra de produtos (Nota 14).

Em 2006, a Companhia contratou operações de *hedge* cambial para cobertura das margens comerciais, inerentes às exportações (segmento de aviação) para clientes estrangeiros. O objetivo da operação é a necessidade de garantir que as margens comerciais pactuadas junto aos clientes estrangeiros de aviação sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento. Foram realizadas operações no valor de US\$53 milhões, abrangendo as vigências de preços de novembro de 2006 a janeiro de 2007. Tais operações proporcionaram resultado positivo para a Companhia de R\$1.465 em 31 de dezembro de 2006.

As participações societárias decorrem, fundamentalmente, de investimentos em empresas nacionais de capital fechado. No consolidado, a controlada Liguigás Distribuidora S.A. manteve, até 29 de setembro de 2006, empréstimo com a Brasoil Oil Service Company, empresa do Sistema PETROBRAS, que estava representado por títulos emitidos no mercado internacional, remunerados conforme descrito nas Notas 8 e 10.

21. Seguros

A Companhia adota uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos. As instalações, equipamentos e produtos dispõem de cobertura contra incêndio, cuja importância assegurada em 31 de dezembro de 2006 totalizou R\$2.369.780.

Há cobertura total para as transferências de produtos realizadas entre os estabelecimentos da Companhia, vendas e de produtos adquiridos de fontes produtoras, cujo transporte é de responsabilidade da Companhia. No consolidado a importância assegurada totalizou, em 31 de dezembro de 2006, R\$3.696.006 (R\$3.089.546 em 2005).

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Ativo	Tipo de cobertura	2006	
		Importância assegurada Consolidado	Controladora
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Incêndio e riscos	3.153.361	2.369.780
Responsabilidade civil geral	Operações, produtos, poluição ambiental etc.	491.645	-
Outros ativos		51.000	-
		3.696.006	2.369.780

22. Remuneração dos Dirigentes e Empregados da Controladora (em reais)

O Plano de Cargos e Salários e de Benefícios e Vantagens da Companhia e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas a seus dirigentes e empregados. No exercício, a maior e a menor remunerações atribuídas a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas a dezembro de 2006, foram de R\$15.241,74 e R\$1.051,77, respectivamente. A remuneração média naquele mês atingiu R\$4.274,15. Com relação a dirigentes da Companhia, a maior remuneração em 2006, ainda tomando-se por base dezembro de 2006, correspondeu a R\$43.345,22.

DIRETORIA EXECUTIVA E ÁREA DE CONTABILIDADE E CONTROLEMARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER
PresidenteNELSON JOSÉ GUIITTI GUIMARÃES
DiretorMARCO ANTÔNIO VAZ CAPUTE
DiretorREINALDO JOSÉ BELOTTI VARGAS
DiretorEDIMILSON ANTONIO DATO SANT'ANNA
DiretorMARIA CRISTINA TEIXEIRA
Gerente de Contabilidade e ControlePAULO CESAR PEREIRA RIBEIRO
Contador - CRC-RJ-026713/O-3**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**DILMA VANA ROUSSEFF
PresidenteGLEUBER VIEIRA
ConselheiroGUIDO MANTEGA
ConselheiroSILAS RONDEAU CAVALCANTE SILVA
ConselheiroROGER AGNELLI
ConselheiroJORGE GERDAU JOHANNPETER
ConselheiroJOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO
ConselheiroFÁBIO COLLETTI BARBOSA
ConselheiroARTHUR ANTONIO SENDAS
Conselheiro**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da **Petrobras Distribuidora S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos o balanço patrimonial da **Petrobras Distribuidora S.A.** e o balanço patrimonial consolidado da **Petrobras Distribuidora S.A.** e suas controladas levantados em 31 de dezembro de 2006 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da Companhia e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Petrobras Distribuidora S.A.** e a posição patrimonial e financeira consolidada da **Petrobras Distribuidora S.A.** e suas controladas em 31 de dezembro de 2006, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nosso exame foi conduzido com o objetivo de formarmos uma opinião sobre as demonstrações contábeis acima referidas, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 representam informações complementares a essas demonstrações, não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e estão sendo apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados às demonstrações contábeis e, em nossa opinião, estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, adequadamente em relação às demonstrações contábeis acima referidas, tomadas em conjunto.

As demonstrações contábeis da **Petrobras Distribuidora S.A.** e as demonstrações contábeis consolidadas da **Petrobras Distribuidora S.A.** e suas controladas correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005 foram examinadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram parecer sem ressalvas datado de 3 de fevereiro de 2006.

KPMG Auditores Independentes
CRC - SP - 14.428/O-6-F-RJ

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2007

José M. Matos Nicolau
Contador - CRC- 42.216/O-7**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório da Administração; as Demonstrações Contábeis (Controladora e Consolidadas), compreendendo: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, as Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado, apresentadas como informações adicionais sobre a Companhia e o Parecer dos Auditores Independentes; a Proposição à Assembleia

Geral Ordinária relativa à Destinação do Resultado do Exercício de 2006 e a Proposição à Assembleia Geral Ordinária referente ao Orçamento de Capital para o Exercício de 2007.

Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Parecer da KPMG Auditores Independentes de 30 de janeiro de 2007, apresentado sem ressalva, o Conselho Fiscal recomenda à Assembleia Geral Ordinária da Companhia a aprovação dos respectivos documentos.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2007.

Almério Cançado de Amorim
PresidenteMariângela Monteiro Tizatto
ConselheiraPlínio Botelho Junqueira
ConselheiroServulo Geraldino da Costa Soares
ConselheiroIvo Almeida Costa
Conselheiro